

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, informações, **no estrito prazo constitucional**, acrescidas de seus documentos comprobatórios (se possível em meio magnético).

Nesses termos, requisita-se:

1. a evolução individual do nível dos reservatórios hídricos desde janeiro de 2010;
2. a evolução prevista para os próximos doze meses;
3. a estrutura da demanda do Brasil, especificando por região (estado) e por setor econômico agregado;
4. a estrutura da oferta de energia elétrica (por região/estado), incluindo hidrelétricas, termelétricas, nuclear e outras fontes de energia;
5. a diferença do custo da energia ao consumidor individual e ao setor industrial;
6. estudos e pareceres que demonstrem as razões para o aumento do preço da energia elétrica;
7. o diferencial do custo da energia hidrelétrica em relação ao das termelétricas;
8. estudos/notas técnicas sobre a possibilidade de racionamento nos próximos dois anos.



## JUSTIFICAÇÃO

A imprensa tem informado que o setor elétrico passa por dificuldades que podem resultar ou no aumento do valor cobrado do consumidor ou, ainda pior, medidas de racionamento.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, do dia 31 de outubro de 2017, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, informou que está sendo cogitado o acionamento de usinas térmicas, cujo custo de produção é mais caro. Isso ocorre porque é necessário preservar o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, afetado pela baixa quantidade de chuvas.

O mesmo jornal informa que “devido ao baixo nível dos reservatórios, o governo já vem acionando térmicas a gás natural, com reflexos nas tarifas: este mês, a tarifa nível 2 da bandeira vermelha cobrada na conta de luz subiu de R\$ 3,50 para R\$ 5 por cada 100 quilowatts-hora consumidos”.

Portanto, parece haver no horizonte tanto a possibilidade de um uso cada vez maior de energia elétrica mais cara e poluente quanto um novo racionamento, como já ocorreu há alguns anos.

Enfim, são elementos que justificam mais transparência, inclusive para que possamos, dentro do debate democrático, encontrar soluções que tornem as empresas controladas pelo Estado mais eficientes e capazes de ajudar na promoção



do desenvolvimento nacional. Mas, para tanto, precisamos, antes de mais nada, de informações mais claras sobre qual é a situação real do setor elétrico brasileiro.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODE - PR)**  
**Líder**



SF/17341.80604-75